



**A INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS NOVAS REFRAÇÕES DA
“QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL**

**THE INFLUENCE OF SOCIAL MOVEMENTS IN THE NEW REFRACTIONS OF
THE "SOCIAL QUESTION" IN BRAZIL**

Lia Raquel Oliveira da Silva

Faculdade Ademar Rosado (FAR)

Luzia do Nascimento Santos

Faculdade Ademar Rosado (FAR)

RESUMO

A “Questão Social”, objeto de trabalho do/a Assistente Social, deve ser apreendida e discutida nos variados campos científicos, por sua conjuntura sócio-histórica e política intrínseca ao sistema capitalista. E caminhando ao lado, está os Movimentos Sociais, que mesmo diante de inúmeras tentativas, por parte do sistema, sempre buscaram permanecer ativos nas lutas, reivindicando seus direitos, democracia, cidadania, etc. Assim, com o estudo, os objetivos traçados foram alcançados, onde detectou-se a influência dos movimentos sociais nas novas e velhas refrações da “questão social” no contexto brasileiro, que se afirma pelo caráter sócio-político dos mesmos, quando lutam pela garantia dos direitos sociais e exigem reconhecimento por parte do estado no enfrentamento das desigualdades sociais. Portanto, o estudo reafirmou a importância desta temática, o quanto é necessário discutir sobre o objeto de intervenção profissional e do quando os movimentos sociais são importantes para o reconhecimento das expressões da “questão social” pelo estado.

PALAVRAS-CHAVES: “Questão Social”. Movimentos Sociais. Sistema Capitalista.

ABSTRACT

The "Social Question", object of work of the Social Worker, must be apprehended and discussed in the various scientific fields, due to its socio-historical and political conjuncture intrinsic to the capitalist system. And walking alongside, are the Social Movements, which even in the face of countless attempts by the system, have always sought to remain active in the struggles, claiming their rights, democracy, citizenship, and so on. Thus, with the study, the objectives were reached, where the influence of social movements in the new and old refractions of the "social question" in the Brazilian context was detected, which is affirmed by the socio-political character of the same, when they fight for the guarantee of social rights and require recognition by the state in tackling social inequalities. Therefore, the study reaffirmed the importance of this issue, how much it is necessary to discuss about the object of professional intervention and when social movements are important for the recognition of the expressions of the "Social issue" by the state.

KEYWORDS: "Social issues". Social movements. Capitalist System.



1 INTRODUÇÃO

O presente estudo foi direcionado a realizar uma reflexão teórica acerca da “Questão Social” - principalmente quando se trata das novas refrações/manifestações -, uma das temáticas mais discutidas no Serviço Social, por esta ser objeto de formulação teórica, metodológica e política da profissão, enfatizando a influência dos Movimentos sociais nesse processo, pois os Movimentos Sociais contribuem significativamente na afirmação dessas novas refrações da “Questão Social”.

Somando-se ao exposto têm-se como objetivo geral, analisar a atual configuração da “Questão Social” no Brasil, tendo como influência os Movimentos Sociais. Utilizou-se da pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, quanto aos procedimentos de coleta de dados e fontes de informações.

Portanto acredita-se que o serviço social na contemporaneidade tem como objeto de trabalho as expressões da “questão social”, em que os movimentos sociais tiveram grande influência no reconhecimento desta pelo Estado, pelo seu caráter sociopolítico.

2 HISTORICIZAÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA

O sistema capitalista no contexto brasileiro quando se trata de sua gênese, é um processo complexo e extremamente importante. “Esse processo completa o seu longo e tardio ciclo no período que vai do Brasil colônia à ditadura militar [...]” (SANTOS, 2012, p. 48).

A origem da formação social brasileira tem sua gênese na condição de Brasil Colônia (1500 a 1822), de Portugal por ocasião do período conhecido como “expansão marítima” (SANTOS, 2012, p. 54). E isso ocorreu devido a diversos fatores, entre eles a necessidade de “enfretamento de uma crise econômica na Europa Ocidental num contexto de guerras, escassez de alimentos e epidemias” (SANTOS, 2012, p. 48), necessitando de uma “expansão de base geográfica e da população a ser explorada (FAUSTO, 1997, p. 21), que se protagonizou no território brasileiro. Assim segundo Santos (2012, p.57). “[...] a escravidão no Brasil, portanto, nada tem a ver com o modo de produção escravista: esse tipo de força de trabalho foi utilizado já no contexto do capitalismo de natureza comercial”.

Assim é que o fim do período colonial brasileiro se deve, principalmente, à configuração do contexto econômico mundial que já não comportava o colonialismo



naqueles moldes. Era a transição do capitalismo concorrencial para o industrial, que colocava na ordem do dia a remoção de barreiras ao livre acesso aos mercados mundiais para escoar sua crescente produção, revolucionada por descobertas técnico-científicas (SANTOS, 2012, p.59).

O período monárquico que vai de **1822 a 1889**, coloca-se como o segundo momento da instituição do sistema capitalista, ganhando reconhecimento internacional segundo Fausto (1997) e se expressa bastante conturbado, economicamente e politicamente. Isso porque, segundo Santos (2012, p. 61; grifos do autor), tinha-se **“uma crise resultante dos déficits na balança comercial”**, justamente porque a importação de industrializados superava a exportação de produtos agrícolas brasileiros, com destaque para a manufatura que não possuía condições favoráveis em termos de máquinas industriais.

Um segundo fator segundo a autora (2012, p.61; grifos do autor) se coloca em relação à *“pressão inglesa pela abolição do tráfico de escravos”* porque era a principal força de trabalho para a execução da maioria das atividades produtivas (com exceção apenas da criação de gado e pequenas produções de algodão).

Tratando especificamente do período que vai de **1889 a 1930**, o da República Velha, pode-se destacar que este trouxe alguns distúrbios financeiros que segundo Santos (2012, p. 67) foram *“provocados pela especulação e superprodução do Café”*. Portanto este é um período importante em que o capitalismo brasileiro se consolida. E isso decorre consequentemente da substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, agora efetivamente como regime de trabalho no país.

Para a consolidação efetiva do sistema capitalismo no contexto brasileiro algumas etapas foram necessárias ao processo, decorrentes essencialmente da introdução do trabalho assalariado no país. Essas etapas segundo Draibe (1985, p.11) são: *“[...] a economia exportadora capitalista, a industrialização restringida e finalmente a industrialização pesada”*.

Seguindo essa trajetória histórica têm-se as décadas de **1964 a 1985**, anos de vigor da Ditadura militar, em que no dia 1º de abril de 1964 o governo brasileiro (sendo presidente o Castelo Branco) começou a ter uma participação ampla dos Estados Unidos com uma assistência econômica e financeira.

Tais informações caracterizam-se importantes, pois como supracitado o capitalismo brasileiro começa a utilizar-se do trabalho assalariado no período da República, em sua consolidação que data de 1891, século XIX. Se compararmos o modo de produção capitalista brasileiro com o capitalismo internacional, principalmente os países considerados o berço do capitalismo, temos que este se apresenta lentamente desenvolvido, por isso vários autores



consideram-no como um dos países de “capitalismo retardatário”, como Cardoso de Mello (1994) (*apud* SANTOS, 2012).

3 A TRAJETÓRIA HISTÓRICO-POLÍTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A questão dos movimentos sociais e participação popular se relacionam com as classes sociais oriundas da sociedade capitalista. Nessa relação de classes antagônica e contraditória, os movimentos sociais, a participação popular, as greves e as reivindicações são formas de expressão na luta por melhores condições de existência.

A temática dos Movimentos sociais surge como objeto de estudo junto com o nascimento da própria sociologia. Segundo Gohn (2008) o termo “Movimento Social” foi usado em 1842, por Lorenz Von Stein, considerado um dos pioneiros a fazer menção a este, ao postular a necessidade de uma ciência da sociedade para o estudo do socialismo emergente na França, dando-lhe o sentido de uma luta contra dada situação. “Os primeiros estudos que tomaram como objeto central ações sociais coletivas similares aos movimentos sociais da atualidade referiam-se a eles como distúrbios populares” (GOHN, 2008; p. 20).

O conceito bem aceito e que melhor traduz essa prática dentro da realidade é proposto por Gohn (2010, p.13):

[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios á ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), ate às pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio das redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet.

Já segundo Touraine, (1984, p.104, *apud* GOHN, 2000, p. 16),

o movimento social é uma ação, ao mesmo tempo culturalmente orientada e socialmente conflitual, de uma classe social definida pela sua posição de dominação ou de dependência no modo de apropriação da historicidade, dos moldes culturais de investimentos, de conhecimento e de moralidade, para os quais ele próprio é orientado.

Tratando especificamente do contexto brasileiro percebe-se que as lutas e movimentos contra a dominação, exploração econômica e contra a exclusão social é enfaticamente presente na sociedade brasileira desde os tempos de Brasil Colônia, sendo a “participação majoritária de pobres (negros e pela plebe, vulgo “ralé”)” (GOHN, 2000, p. 15) que viviam



nos vilarejos, e brancos pertencentes às camadas médias influenciados pelas ideologias libertárias, contra a opressão dos colonizadores europeus.

No início do século XX, devido à nova conjuntura/ascensão do capitalismo as classes dominantes eram as mesmas elites agrárias vinculadas à burguesia inglesa, hegemônica no período. Mas o modo de produção se altera com a incipiente industrialização e a formação de um proletariado urbano, como relatado anteriormente. Com ele surgem as organizações de luta e resistência dos trabalhadores expressas em ligas, uniões, associações de auxílio mútuo etc. Ocorreram revoltas da população reivindicando serviços urbanos, ou protestando contra políticas locais etc. (GOHN, 2000).

A análise dos movimentos sociais no Brasil revela forte enfoque teórico oriundo do marxismo, sejam eles vinculados ao espaço urbano e/ou rural. Tais movimentos, quando se referiam ao espaço urbano possuíam um leque amplo de temáticas como, por exemplo, as lutas por creches, por escola pública, por moradia, transporte, saúde, saneamento básico etc. Quanto ao espaço rural, a diversidade de temáticas expressou-se nos movimentos de bóias-frias (das regiões cafeeiras, citricultoras e canavieiras, principalmente), de posseiros, sem-terra, arrendatários e pequenos proprietários.

Cada um dos movimentos possuía uma reivindicação específica, no entanto, todos expressavam as contradições econômicas e sociais presentes na sociedade brasileira. No início do século XX, era muito mais comum a existência de movimentos ligados ao rural, assim como movimentos que lutavam pela conquista do poder político. Em meados de 1950, os movimentos nos espaços, rural e urbano, adquiriram visibilidade através da realização de manifestações em espaços públicos (rodovias, praças, etc.).

Temos o período que vai de 1945 a 1964, lido como “a fase do regime político populista” (GOHN, 2000, p.17), tido como o período que marcou a história, pois foi um período marcado por muitas lutas e movimentos sociais. No entanto a partir de 1964, com o golpe militar, erodiu-se a mobilização e organização militar, ou seja, “os movimentos de resistência foram poucos”. Só volta a se erguer a partir de 1974, “com a crise internacional do petróleo” (idem), principalmente no setor da educação e campo popular. Sendo somente nos anos 2000 que os movimentos sociais retornam à cena da política nacional, “em outras bases, incorporando a experiência adquirida via a participação nos conselhos, fóruns e outras formas mais ou menos institucionalizadas de participação”. (GOHN, 2000, p.20)

O fato inegável nesta análise é que os movimentos sociais dos anos 70/80 “contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários



direitos sociais novos, que foram inscritos em leis na Nova Constituição Brasileira de 1988 (GOHN, 2010, p. 20)”.

Diante do supracitado temos que a partir de 1990 ocorreu o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas, com a constituição de Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, Fórum Nacional de Participação Popular etc. Fóruns estes que objetivavam estabelecer a prática de encontros nacionais frequentemente, gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los. Já o século atual proporciona aos movimentos sociais uma retomada à cena e à mídia na medida em que atuam em, segundo Gohn, 2010, p. 16:

[...] Lutas de defesa das culturas locais contra os efeitos devastadores da globalização [...]; Ao reivindicarem ética na política e, ao mesmo tempo, exercerem vigilância sobre a atuação estatal/governamental [...]; Os movimentos têm ocupado áreas do cotidiano de difícil penetração por outras entidades ou instituições [...]; Os movimentos construíram um entendimento sobre a questão de autonomia diferente do que existia nos anos 80.

Na primeira consideração de Gohn (2010), o diferencial está na forma como estes estão operando para o resgate do caráter e sentido das coisas públicas (espaços, instituições, políticas, educação, etc.). Já em relação à ética na política tentam orientar a população no sentido de chamar a atenção desta para o que deveria ser de fato dela e está sendo desviado, conseqüentemente para interesses particulares/individuais. A autora ainda chama a atenção para o quesito autonomia.

Destarte os Movimentos Sociais sempre existiram e deverão continuar a existir, pois enquanto o sistema capitalista estiver firme nas relações sociais, nesse processo contínuo de massificação e obtenção de lucros haverá desigualdades a serem postas nas pautas de lutas destes.

4 A INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS NOVAS REFRAÇÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NO CONETXTO BRASILEIRO

Adentrando a análise, da “Questão Social” no Brasil, em termos de sua origem podemos elencar que as raízes da “questão social” no Brasil já se faziam presentes no Brasil-



Colônia, ainda que de forma latente¹, quando a partir do Tratado de Tordesilhas, estabelecido entre Portugal e Espanha que permitiu em 1534 a vinda dos portugueses para cá.

Daqui se depreende os indícios de uma relação de acumulação, em moldes capitalistas, baseada na profunda exploração do trabalho escravo, própria da fase mercantil do capitalismo, **constituindo-se os primeiros germes da nossa questão social** (SILVA, 2014, p. 44; grifos nossos).

O desemprego também foi visível nesse período tendo em vista que a economia estava de certo estagnada.

Assim, **constata-se as mudanças ocorridas na sociedade brasileira desde a Colônia, que, sem dúvida, contribuíram para as primeiras manifestações da questão social**, em especial na turbulência e profusão de movimentos sociais e populares do curto período regencial pelo fim do estatuto colonial (SILVA, 2014, p. 27; grifos nossos).

No período de vigência colonial brasileiro, a nossa sociedade apresentava-se bem compartimentada, de um lado eram visíveis, os proprietários rurais, donos dos escravos e detentores de inúmeros títulos honoríficos, na outra parte se apresentavam uma rala camada média de profissionais liberais, funcionários públicos, e grande massa de escravos e de homens livres pobres. Assim fica evidente que nos períodos de turbulência do Império e da República a “questão social” se manifesta mediante um vasto conjunto de revoltas populares.²

Nessa visão de emergência de lutas sociais, Ianni (1999, *apud* SILVA, 2014, p. 26) quando faz uma análise histórico-social sobre o processo de formação da “questão social” no contexto brasileiro afirma, textualmente, “que ela resulta das diversas crises econômicas próprias do capitalismo brasileiro, via de regra, gerando processos sociais conflituosos no campo e na cidade, desde o período escravista”.

Partindo dessa premissa, é imperioso demonstrar **que a questão social, latente ou explícita, sempre esteve no centro das lutas sociais travadas no interior da sociedade brasileira**. Decerto, na maioria das vezes, essas lutas tiveram um caráter elitizante, mas sempre buscando a participação das massas: lutas pela terra, migrações internas, servidão e extermínio do indígena, movimento negro, liberdade sindical, protestos sociais dos trabalhadores emergentes da industrialização tardia etc. (SILVA, 2014, p. 26; grifos nossos).

¹ No sentido de valorizar o conjunto de lutas, ressaltando-se as limitações históricas que atravessam a formação social brasileira.

² Sobre os diversos movimentos e revoltas populares imbricadas no contexto analisado temos: Revolta da Armada (Rio de Janeiro, 1893); Revolta Federalista (Rio Grande do Sul, 1895); Canudos (nordeste, 1896-1897); Guerra do Contestado (1912-1916, Sul do País); Revolta da Vacina (Rio de Janeiro, 1904); Revolta dos Marinheiros ou “Revolta da Chibata” (1910); entre outros (SILVA, 2014).



No contexto brasileiro a representação política da “questão social” se constitui pelos descontentamentos populares expressos nas variadas lutas por reformas sociais, políticas e até mesmo econômicas, onde decorrendo das mais variadas conjunturas históricas vai adquirindo nova configuração. Desta forma temos que a “questão social” “traduz-se nas lutas políticas, partidárias ou sindicais que os segmentos ou as classes sociais vêm travando ao longo da formação socioeconômica do Brasil [...]” (SILVA, 2014, p. 26). Tendo-se em algumas vezes a utilização dessas lutas pelo Estado, Igreja e o mercado, com o intuito de harmonizar os conflitos e as contradições decorrentes das relações sociais de produção, objetivando retardar seu reconhecimento ou legitimidade e negando-lhe um tratamento que, quase sempre, tem visado apenas garantir os interesses das classes dominantes.

Ainda segundo a autora, privilegia-se nessa análise a relação capital x trabalho na sua fase monopólica porque representa, sem dúvida alguma, o nível possível de consciência política atribuída à classe trabalhadora no contexto brasileiro. E também, “porque foi nesse momento que se cunhou a expressão questão social (SILVA, 2014, p. 31)”.

Todavia, a questão social no Brasil ganha certo caráter de legalidade, ou de legitimidade, no processo de modernização capitalista, a partir do desenvolvimento industrial que teve início com a implantação do Estado Novo³ (1937) e amadureceu entre as décadas de 1940 e 1950, considerando-se que em meados dos anos de 1950 dizem respeito à fase inicial do capitalista monopolista brasileiro, caracterizada pela submissão do Estado à ordem econômica e em favor dos capitais monopolistas (SILVA, 2014, p. 31-32; grifos nossos).

Desta forma o reconhecimento da “questão social” por parte do Estado se deu mediante o crescimento da experiência social do operariado, que possibilitou a reivindicação de normas do direito público na economia urbana. O reconhecimento foi possível diante dos graves problemas estruturais como: indústrias insalubres, trabalho infantil e feminino, extensas jornadas de trabalho, ausência de salário mínimo, trabalho noturno não remunerado, condições imorais de trabalho e moradia, entre muitos outros.

A criação do Partido Comunista, em 1922 foi importante para o Brasil. Pois com ele foi possível um papel político central na organização do movimento operário brasileiro dando uma nova direção a “questão social”. Foi nesse momento segundo Silva, (2014, p. 89), que houve

a mudança de pensamento que via a questão social como mero caso de polícia e se impõe uma forma de enfrentamento por parte do Estado que não seja mais na linha puramente repressiva. Esse entendimento passa a convergir para a necessidade de

³ O Estado Novo (1937-1945) amalgamou-se sob a base de uma doutrina política autoritária e uma ideologia fortemente nacionalista. [...] outra característica fundamental do Estado Novo foi o corporativismo e a ditadura (SILVA, 2014, p. 87).

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



imprimir medidas políticas que possam conter as inflexões do movimento operário, sinal de uma possível revolução socialista no Brasil.

No Brasil a intervenção do Estado se concretizava mediante ações isoladas visando combater os conflitos e as agitações operárias, como bem elencado em tópicos anteriores, assim a Igreja assumia um papel voltada apenas para a defesa da família, das instituições, das leis, da religião e da sociedade. Logo o tratamento dado à questão social” no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930 do século XX, segue os parâmetros europeus – aplicação de uma forte dose moral cristã e uma legislação social que amparasse e organizasse o mundo do trabalho –, apesar de sua particularidade histórica (SILVA, 2014).

Portanto a “questão social” na Nova República institucionaliza-se com o reconhecimento legal de alguns direitos sociais garantidos na Constituição Federal de 1988. Todavia, torna-se objeto de profundas inflexões, ante a mundialização da economia e o projeto neoliberal que colocam novos desafios e demandas para o conjunto das práticas sociais da época aqui sumariada.

A compreensão parte de que a “questão social” nasce na estrutura econômica da sociedade capitalista e a ela é imanente. Portanto, é fruto da sua contradição. Contudo, ganha visibilidade na superestrutura política, em diferentes contextos e conjunturas⁴. As diversas lutas sociais que a sociedade vem travando ao longo da sua historia tem construído, também, diferentes repostas do Estado e da sociedade civil, que se apresentam ora de maneira coercitiva, ora persuasiva, ora indiferente, mesmo que sempre determinadas quaisquer dessas reações pelos interesses das classes dominantes, ou seja, todas as repostas dadas têm um objetivo maior, que é o interesse propriamente individual (SILVA, 2014).

E aqui há uma obviedade quando se trata destes fundamentos, porquanto estes permanecem (e permanecerão conquanto a ordem capitalista se manter vigente) inalterados.

Esse é o quadro geral da questão social no Brasil de hoje, globalizado, inserido em contextos e problemáticas econômicas, políticas, culturais e sociais de dimensões, internas e externas, ao mesmo tempo locais e globais, regionais e intercontinentais, de raízes seculares e contemporâneas, de questões não resolvidas ou resolvidas em benefício de minorias privilegiadas. Um país em que concentração de terra, de riqueza e de bens, nas mãos de poucos, associam-se às práticas históricas de clientelismo, de favor e outras práticas autoritárias e conservadoras ao lado de outras mais modernas, sintonizadas ao mundo globalizado e de revolução tecnológica sem precedentes, conferindo a esse país um grau de desigualdade e injustiça desumanas, pois, [...] vista assim, em perspectiva ampla, a sociedade em

⁴ Os elementos fundantes do Capitalismo e, conseqüentemente, da “questão social” se reproduzam de uma maneira geral, existem algumas características que a particularizam em cada formação social. Diante disso, a [...] **‘questão social’ assume expressões particulares dependendo das peculiaridades específicas de cada formação social (nível de socialização da política, características históricas, formação econômica, estágios e estratégias do capitalismo)** [...] (PASTORINI, 2010, p. 116; grifos nossos).

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



movimento apresenta-se como uma vasta fábrica de desigualdades e antagonismos que constituem a questão social” (GUIMARÃES, 2005, p.02; grifos nossos).

O protagonismo dos atores sociais, o proletariado pauperizado, no cenário da época, altera sem sombra de dúvida, portanto, o estatuto do pauperismo para “questão social”. Isso permite por no centro a luta de classe como fator determinante do surgimento da “questão social” enquanto tal e a necessária consciência política da classe trabalhadora de que somente a superação da sociedade capitalista permite a supressão da “questão social”.

Aprofundando a análise das bases sobre as quais emergem a “questão social”, a partir da ótica marxiana, compreende-se que a consciência política do proletariado requer a superação dialética da simples emancipação política, fruto da Revolução Burguesa, posto que esta é um momento constitutivo da emancipação humana.

Tal entendimento nos levar a crer, portanto, que seu enfrentamento e possível extinção só serão possíveis com supressão completa dos parâmetros estruturais que conformam a ordem vigente (modo de produção capitalista); o que só é possível, mediante o embate político que envolve não somente uma profissão (como no caso do Serviço Social, por exemplo), mas todas as forças progressistas disponíveis para enfrentá-la.

É necessário afirmar a orgânica relação entre a esfera da sociedade civil com o mundo das relações sociais de produção. É nele e a partir dele que se desenvolvem as classes, seus interesses antagônicos, suas expressões organizativas; as formas de consciência e a função exercida pelo Estado.

A sociedade civil nos possibilita uma importante contribuição para pensarmos o desenvolvimento desses processos de organização e de lutas nos processos de politização e publicização das diferentes expressões da desigualdade social, como bem trabalhado em itens anteriores. Estes aparelhos constituem-se no desenvolvimento das organizações que representam os interesses das classes dominantes e subalternas (partidos, sindicatos, movimentos sociais, etc.), no desenvolvimento dos aparatos ideológicos, jurídicos e legais do Estado, nas organizações de elaboração e/ou difusão dos valores, cultura e ideologias.

Nesta direção, *“entende-se que as lutas sociais são o desdobramento sociopolítico, no campo da sociedade civil, das contradições do desenvolvimento capitalista que se materializam na chamada questão social”* (NETTO, 2011, p. 30; grifos do autor). Os movimentos e as organizações das classes subalternas expressam os interesses, as necessidades, o inconformismo e as lutas relativas ao combate ou à erradicação das diferentes expressões da “questão social” no campo da sociedade civil.



É neste viés que temos influência dos Movimentos Sociais nas antigas e novas refrações da “questão social”, ou seja, esta enquanto resultante da contradição capital x trabalho, apenas passa a ser reconhecida como tal mediante os diversos inconformismos intrínsecos àqueles que não concordavam com a dinâmica que estava se efetivando nas formações sociais diversas. Assim numa conjuntura sócio-histórica entrelaçada com diversos segmentos estratégicos capitalista, que os inconformados com tal realidade passam a expressar-se de diversas maneiras. Essas lutas quando resguardadas de certo caráter sociopolítico atingido um vasto reconhecimento por partes dos segmentos responsáveis pelo bem-estar da população, mesmo que vendo tais lutas como questão de rebeldias se vem obrigados a reconhecer as variadas expressões emergentes imbricadas no próprio sistema econômico como “questão social” de caráter legítimo e legal, sendo passíveis de intervenção e políticas estatais que venham amenizá-las no contexto social.

Assim é que as lutas são ineliminavelmente constitutivas da “questão social”. Elas atingem o cerne do processo de sua produção: as relações contraditórias e antagônicas entre capitalistas e trabalhadores que tornam cada vez mais socializado o processo de produção de riqueza, e com a mesma intensidade, privatizando o seu resultado final (SANTOS, 2012, p. 30).

Desta forma fica mais que evidente que os movimentos sociais influência no processo de surgimento das novas manifestações da “questão social”, e também das velhas expressões, como elencado nas análises anteriores, pelo seu caráter sociopolítico.

5 CONCLUSÃO

A abordagem só reafirma a importância dos movimentos sociais. Pois sabe-se que nessa atual conjuntura do sistema capitalista, muitos são os motivos que devem ser reivindicados. Desta forma os movimentos sociais influência nas antigas e novas refrações da “questão social”, juntamente com o sistema capitalista.

Acrescenta-se que a “questão social” se coloca muito importante na análise que se propôs estudar, não menos importante que esta são os movimentos sociais que pelo seu caráter sociopolítico, possibilitou promover o reconhecimento das diversas expressões advindas da relação capital/trabalho, como “questão social” por parte do estado, mesmo que seja para mediar conflitos entre uma classe e outra, ou seja, entre classe trabalhadora e burguesia pois sabe-se que, principalmente nas formações sociais brasileiras, este participa



intensamente para o desenvolvimento e permanência do sistema capitalista e dar meios para o desenvolvimento deste.

Logo pode-se elencar que o sistema capitalista contribui para o surgimento de novas expressões à medida que reafirma novas estratégias de obtenção de lucros/capital. Já os movimentos sociais contribuem para o reconhecimento por parte do Estado como questões passíveis de enfrentamento, ou seja, como “questão social”. Sabe-se que o caráter sócio-político que os movimentos sociais apresentam, se coloca como uma ação em prol de direitos sociais.

Conclui-se que as determinações que conformam a “questão social” podem nos servir como um farol analítico para uma apreensão crítica e classista das lutas e dos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

ARAIBE, S. **Rumos e Metamorfoses: estado e industrialização no Brasil 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 1997.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de Lutas Sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Rev. Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GUIMARÃES, Simone de Jesus. Serviço social, questão social e globalização: aportes para o debate. In: **II jornada internacional de políticas públicas, mundializações e estados nacionais: a questão da emancipação e da soberania**. São Luís, 23 a 26 de agosto 2005, p. 01-08.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

PRADO JUNIOR, C. **Historia econômica do Brasil**. 46. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, Joseane Soares. **“Questão Social”**: particularidades do Brasil. 1. ed. São Paulo: Cortez, v. 6, 2012. (Coleção biblioteca básica de serviço social).

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social no Brasil e Serviço Social: fundamentos sócio-históricos**. 2ª ed. Campinas, SP: Papel Social, Cuiabá, MT: EDUFMT, 2014.